

TV COM: UM CANAL COMUNITÁRIO?¹

TV COM: A CHANNEL COMMUNITYRE?

Denise Noal Beckmann² e Daniela Aline Hinerasky³

RESUMO

Na pesquisa, analisa-se a TV COM no Rio Grande do Sul para verificar se a proposta de programação e as estratégias do canal estão relacionadas ao conceito de um veículo de comunicação comunitário. A partir da descrição do histórico, estrutura e programas, buscou-se compreender as mudanças do canal desde o lançamento, em 1995 – considerando o objetivo inicial de ser informativo. Verificou-se que, mesmo que se autodenomine um “canal da comunidade”, trata-se de uma emissora comunitária por concessão, mas não em conformidade com as especificações da lei da TV a Cabo, pois atua com bases empresariais e segue as diretrizes do grupo RBS, do qual faz parte. Através da cobertura jornalística e alguns programas, observou-se que o conceito de comunidade foi ampliado – aspecto que acabou descaracterizando sua atuação na região metropolitana de Porto Alegre. Além disso, o acesso da população é limitado, reduzido a sugestões e opiniões no conteúdo dos programas, sem formas efetivas de participação – outra exigência dos veículos comunitários.

Palavras-chave: TV COM, TV comunitária, TV a Cabo, programação.

ABSTRACT

The research analyzes the TV COM in the Rio Grande Do Sul verifying if the proposal of programming and the strategies of the canal are related to the concept of a communitarian vehicle of communication. From the description of the description, structure and programs, searched to understand the changes of the canal since the launching, in 1995 - considering the initial objective of being informative. It was verified that, exactly that if autodenomine a “canal of the community”, is about a

1 Trabalho de Iniciação Científica - PROBIC/UNIFRA.

2 Acadêmica do curso de Comunicação Social - Jornalismo - UNIFRA.

3 Orientadora – UNIFRA.

communitarian sender for concession, but not as specifications of the law of the TV the Handle, therefore acts with enterprise bases and follows the lines of direction of group RBS, which is part. Through the journalistic covering and some programs it was observed that the community concept was extended - aspect that finished depriving of characteristics its performance in the region metropolitan of Porto Alegre. Moreover, the access of the population is limited, reduced the suggestions and opinions in the content of the programs, without forms participation effective - another requirement of the communitarian vehicles.

Keywords: TV COM, communitarian TV, TV the Handle, programming.

INTRODUÇÃO

Acredita-se que os estudos sobre os veículos de comunicação devem discutir não só os aspectos econômicos, mercadológicos e políticos, mas também a vinculação da programação e das suas diretrizes com a comunidade para a qual se dirigem, isto é, os telespectadores. Fundada em 1995, a TV COM, voltada à Região Metropolitana, RS e integrante da RBS - Rede Brasil Sul de Comunicações foi considerada a primeira TV comunitária do Brasil. Pode ser sintonizada (em UHF) no Estado do Rio Grande do Sul e em algumas cidades catarinenses (como Joinville e Florianópolis) e via cabo para todo o país. Em mais de uma década, o canal passou por diferentes fases e reformulações. Nessa direção, a pesquisa procurou discutir se a proposta da programação do canal está relacionada ao conceito e à legislação de um veículo de comunicação comunitário. Buscou-se, a partir da descrição do histórico do canal, sua estrutura e programação, compreender as mudanças – considerando que tinha o objetivo inicial de ser uma emissora essencialmente informativa.

TV A CABO E TV COMUNITÁRIA

Radiodifusão é a palavra portuguesa equivalente à inglesa *broadcasting*, que significa algo como semear aos quatro ventos, conforme Ferraretto (2001). Mas não pode ser ligada somente ao rádio, deve ser considerada a emissão de sinais por meio de ondas eletromagnéticas. Como definem Barbosa e Rabaça (2001, p. 617):

“Serviço de radiocomunicação cujas transmissões se destinam diretamente ao público em geral, podendo compreender rádio, televisão, telefacímile, telex ou outros tipos de transmissão”.

Dessa forma, ainda que se utilize a expressão radiodifusão sonora no sentido de rádio, a televisão constitui-se em radiodifusão de som e imagem, conforme os autores, o que permite aplicar as leis de comunicação comunitária também para a TV.

As discussões e tentativas para regulamentação dos serviços de cabodifusão começaram já na década de 70. Em 1988, um decreto fez avançar a legislação da TV a cabo no Brasil que, no restante da América Latina¹ já estava adiantada - ao regulamentar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) e permitir concessões para o funcionamento de canais em UHF, cuja operação possibilitou a transmissão de conteúdos locais, como foi o caso da TV COM, mais tarde.

Basso (2002, p. 07) destaca que, de 1989 a 1995, ou seja, até o surgimento da Lei da TV a Cabo, “as operações existiam amparadas numa portaria de DisTV, Sistema de Distribuição de Sinais de TV por meio físico”. Após diversos debates entre organizações interessadas, foi elaborada a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, regulamentada pelo Decreto-Lei 2.206 de 14 de abril de 1997, que estabeleceu a obrigatoriedade das operadoras de TV a cabo (beneficiárias da concessão de canais) a disponibilizar 6 (seis)⁴ canais de acesso público, sendo um canal para utilização livre por entidades não governamentais sem fins lucrativos.

No que diz respeito à democratização da comunicação na TV a cabo, mesmo considerando as limitações da lei de cabodifusão, a disponibilização de um canal comunitário se constitui um avanço nacional. Isso porque, em torno do mesmo, há a possibilidade de reunir a comunidade, levantar suas necessidades, discutir e analisar os problemas, buscar soluções, além de resgatar a identidade local. É claro que as programações devem ter qualidade e ser de interesse comunitário; daí a exigência de que a sociedade civil tome frente como porta-voz.

Por sua vez, questões legislativas e conceituais são, até hoje, complexas quanto às atribuições, papéis, propostas e deveres de um veículo cuja concessão seja um canal comunitário, como a TV COM, que por concessão, conseguiu a autorização, segundo Sozo (1995, p.06) para “instalar uma emissora de abrangência local, sintonizável pelo

4 Na Argentina, além das cerca de 120 TVs comunitárias, na região de Buenos Aires, existem em torno de 2.800 emissoras de rádio FM alternativas.² Conforme consta na lei da TV a cabo, disponível no *site* www.anatel.com.br, os canais de acesso público e gratuito são: 3 canais legislativos (Senado, Câmara Federal e um terceiro compartilhado pela Assembléia Legislativa - Câmara Municipal), um canal educativo-cultural, reservado à utilização pelos órgãos dos governos federal, estadual ou municipal que tratam de educação e cultura, um canal universitário, um canal comunitário, aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos. A lei também determina que as operadoras devem manter dois canais para uso eventual, mediante aluguel.

sistema UHF ou através da TV por assinatura”. Nessa via, preocupações a respeito do cumprimento e efetiva participação comunitária abrangem este estudo.

Três estados destacam-se como os pioneiros da TV a cabo comunitária: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Peruzzo (1996), “os gaúchos foram os pioneiros com o Canal Comunitário realizando sua primeira transmissão no dia 15 de agosto de 1996, pelo canal 14 da *NET* Sul”. Entretanto, o canal TV COM (autorizado pelo decreto nº. 95744 de 23 de fevereiro de 1988 e com transmissões com data limite em maio de 1995), que entra no ar em 15 de maio de 1995, é um canal contratualmente comunitário.

O grupo RBS, a partir da fundação da TV COM, lançou um forte apelo comunitário, intitulando-a, inclusive, de primeiro canal comunitário do Brasil, apesar das fortes bases empresariais. Configura-se um paradoxo, tanto em termos legais, quanto em termos de produção. O modelo de canais comunitários com participação popular efetiva, estruturados por entidades não-governamentais⁵ foram implantados um ano depois, em 1996. Para caracterizar-se como comunitário, conforme Peruzzo (1996), os participantes devem organizar a gestão e a operacionalização do canal, sendo que este deve ser bem estruturado com estatuto e regimento próprio.

Em relação aos canais comunitários existentes, centralizam-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e somente agora estão sendo formados nas regiões Norte e Nordeste. Talvez, isso se deva ao grau do conhecimento e de “estratificação” da luta por canais de acesso público. É fato que por mais que exista a Associação Brasileira de Canais Comunitários, a autora diz que há muitas dissensões políticas entre os membros, pois, como poucas comunidades têm informações sobre a importância e o direito de veicular sua programação na TV a cabo comunitária, falsas impressões são passadas e o oportunismo acaba tentando prevalecer num espaço aberto que deve ser da comunidade.

A TV comunitária a cabo é um espaço em que se oferece programação eclética, tem planejamento e gestão abertos, segundo Schimdt (1996). A legislação prevê, portanto, que a grade seja feita pelas entidades, sem intervenção do governo e dos grandes empresários da mídia. Seus gestores devem ter mandato temporário e a sustentação financeira deve ser feita

5 É necessária a criação de uma entidade mantenedora para administrar o canal. “A dificuldade vai ser proporcional ao grau de articulação daquela sociedade onde o canal é implantado”, enfatizou Cabral (2004). Em todo o país, a estruturação dos canais comunitários deu-se graças ao apoio dos membros do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), além de amplo apoio de entidades não governamentais e sem fins lucrativos. Criou-se de imediato a Comissão Provisória, Estatuto, Regimento e a Associação de Usuários do Canal Comunitário, estabelecendo plano de ação, com critérios técnicos, estratégicos e políticos.

através de contribuições das associadas, apoio cultural e, eventualmente, prestação de serviços - não podendo ter interesses comerciais.

Peruzzo (1995) considera que o país tem muito que avançar em termos de democratização da televisão e está muito atrasado em matéria de rádio e TV comunitária.

Por sua vez, Kunsh (2003) explica que já é uma conquista ter canais disponíveis para os diversos poderes conforme a Constituição de 1988, com seu capítulo 5 da Comunicação Social e a existência, no papel, da obrigatoriedade do funcionamento do Conselho de Comunicação Social para as concessões de rádio e televisão, além das conquistas sociais da legislação de 1995 e da televisão por assinatura.

TV COM

A TV COM (TV comunidade), canal 36 UHF e que é uma concessão no cabo, faz parte do grupo RBS e, conforme Sozo (1995), surgiu para preencher uma lacuna que o grupo verificou após pesquisas realizadas em meados dos anos 90 que revelavam que os telespectadores porto-alegrenses e nas cidades da região metropolitana⁶ consideravam insuficientes as informações e notícias locais dentro dos telejornais da RBS TV.

O canal surgiu com a proposta de ser um modelo novo de canal local de informação baseado nas experiências de TVs comunitárias de sucesso como a City TV (Canadá), cujo objetivo era cobrir exclusivamente o noticiário. A receita da TV COM⁷ tem origem em duas vertentes: no contrato de comercialização e com o sistema de TV paga. O canal trabalha com dois tipos de anunciantes: o pequeno que busca uma mídia mais acessível e empresas de grande porte que buscam regionalizar sua marca.

Através de outros veículos do grupo RBS, que são aproveitados cada vez mais integrando a produção de notícias e o parque técnico da área de rádio, jornal, TV e *Internet* otimizando assim, custos e produção, a TV COM sistematizou o trabalho cuja característica principal era a de

6 São elas: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, São Leopoldo, Sapucaia, Viamão. Atingindo 3.220 mil pessoas. As transmissões da TV COM via cabo, pela operadora *NET*, acontecem nas cidades de Atlântida, Bagé, Bento Gonçalves, Capão da Canoa, Capão Novo, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz, Santa Maria, Xangri-lá. Abrangendo uma área com cerca de 160 mil assinantes.

7 A idéia de colocar no ar algo inédito no país fez com que diversos profissionais da RBS TV viajassem para os principais países com desenvolvimento avançado em televisões comunitárias. Esses locais eram com programação voltada para notícias, para saber o que estava sendo feito no mundo, nessa área.

uma programação jornalística ao vivo, por oito horas diárias, inicialmente produzidas em Porto Alegre.

A emissora foi projetada para ter a programação segmentada e jornalística voltada para os acontecimentos de Porto Alegre. Fazem parte de sua equipe jornalistas, técnicos, apresentadores e personalidades conhecidas no Rio Grande do Sul.

Em termos de estrutura, o canal compartilha o parque técnico da RBS, o que permite apresentar a finalização de programas e exibição com qualidade. Com a RBS TV, a TVCOM divide ilhas de edição e *links* para entradas ao vivo. A TVCOM possui um estúdio principal para apresentação da maioria dos programas e um para os programas de notícias. Este funciona no último andar do prédio da RBS TV, com fundo de vidro, o qual mostra uma panorâmica da capital. Além desses, existe um terceiro na redação do Jornal Zero Hora, nos mesmos moldes de quando o canal foi inaugurado.

A TVCOM é um canal de informação que apresenta a programação em diferentes formatos os quais já sofreram diversas mudanças desde a estréia. É o que se descreve a seguir.

A GRADE DE PROGRAMAÇÃO

A legislação permite a utilização em sinal aberto de apenas 35% do tempo de programação. O restante é codificado. Dessa forma, das 24 horas de operação, apenas oito horas podem ser disponibilizadas no sistema aberto de televisão em UHF (canal 36).

A grade da programação apresenta três tipos de formatação desde a estréia do canal: a) programas inéditos (17h à 01h – período em que o sinal está aberto); b) jornal eletrônico (01h às 8h – com mudanças na estruturação) e c) reprises de programas (8h às 17h).

A programação atual inclui notícias e programas de jornalismo para todo o tipo de público, explorando temas como política, economia, mercado imobiliário, consumidor, esportes, turismo, veículos etc., procurando atender a um público heterogêneo. Os programas estão distribuídos na grade diária, ao vivo, com duração variável e em exibição aos sábados ou domingos, sendo a maior parte gravados com antecedência ou reprisados.

Logo após a inauguração, a programação foi sendo experimentada e moldada pelo retorno da comunidade e do mercado publicitário. A TVCOM passou por três grandes fases, como explica Basso (2002) em sua pesquisa: 1- implantação, 2- renovação, 3- consolidação. A programação inicial procurava o foco nas problemáticas locais, com uma formatação

“popular” tentando mostrar os problemas dos bairros (linhas de ônibus, saneamento básico, poluição, buracos nas ruas, escola, creche, lixo, iluminação etc.), mas foi aos poucos sendo deixada de lado, pela proposta de público alvo a que o canal começou a se destinar, focado nas classes A/B.

Em 1997, chega ao fim a primeira fase da TV COM. Foi um período de implantação, experimentação e adaptação da nova forma de fazer televisão. Nesse período, mudou-se o enfoque e o canal passou a ser visto como um negócio que precisava ser auto-sustentável. A mudança de fase marcou, também, uma renovação estética e de programação, segundo a pesquisadora.

Basso (2002) explica que a TV COM do início da segunda etapa começa muito parecida com o modelo de TV tradicional, mas muda rapidamente para tornar-se um diferencial na comunidade, além de buscar ser mais rentável. A emissora levou quase quatro anos para conseguir o equilíbrio financeiro. A consolidação culminou com dois fatores importantes. O primeiro foi a mudança de enfoque com a forte abordagem dada à cobertura de eventos e coberturas ao vivo; o segundo com a distribuição do sinal para o interior do Rio Grande do Sul, aumentando com isso o número de telespectadores e, ainda, melhorando a comercialização dos programas.

A programação atual é bastante diversificada, com produções próprias, além das reprises da RBS TV em sua grade sendo que, durante a manhã, a programação é somente para assinantes de TV a cabo. A partir das 16 horas, o sinal passa a ser transmitido também para o canal 36 UHF até às 2 horas da manhã.

Pela manhã, até as 15h30min, a programação da TV COM é voltada para vendas de produtos e reprises dos programas e telejornais da RBS TV. A reprise do Bom Dia Rio Grande inicia às 8h15min. O espaço das 9 horas às 9h05min é destinado a dois programas curtos e de formatos diferentes. Às 9 horas tem Meu Mundo em 60 Segundos, que mostra algum personagem e sua rotina em um minuto, e, em seguida, é reprisado o Drops - Programa de Cinema, que aborda os filmes em cartaz, curiosidades, bastidores e promoções do Programa de Cinema exibido originalmente terça, às 22 horas.

O programa Conversas Cruzadas e Falando Abertamente são os que tomam mais tempo nas manhãs da TV COM e às 13h15min trará reprise do Jornal do Almoço. Das 14 às 15h30min, as segundas, passam as reprises de Projetos especiais (séries de curtas-metragens ou documentários) produzidos pela RBS TV, (Ordem e Progresso, Histórias Curtas, Histórias

Extraordinárias, etc...).

Já às 16 horas, quando se inicia a programação em canal UHF, a grade de programação leva ao ar programas inéditos. Começa com o Papo Clip, voltado para música e vídeo-clips, que mostra o cenário da música brasileira e, principalmente, a gaúcha, produzido para o público jovem. A única reprise da tarde é às 17 horas com o programa Gente da Noite (duração de 30 minutos). O Falando Abertamente - programa de entrevistas e debates de temas atuais - vem em seguida e se estende até as 18h40min.

Ao anoitecer, começa a parte jornalística com o Manchetes do Dia (18h40min), que mostra os principais fatos da região metropolitana, da capital e do Estado, com todos os veículos da RBS integrados, ressaltando também a meteorologia. Às 19 horas é exibido o programa TV COM Esportes que aborda o futebol e outras modalidades esportivas, quer amadoras ou profissionais, ocorridas no Rio Grande do Sul. À noite, o programa de culinária Anonymous Gourmet inicia às 20 horas, exibindo alguns programas que mostram pratos típicos e outros especiais de diversas regiões e até outros países. O horário das 20h30min é destinado ao Jornal TV COM 1ª edição, que aborda os principais assuntos do Estado.

O Estúdio 36, com início às 21horas, é um programa cultural, com espaço para música e entrevistas diversas. Em seguida, no horário das 22 horas, a grade apresenta programas de gêneros diferentes e para públicos específicos, como Carros e Motos, Multimídia, área de *marketing* e publicidade e propaganda.

O Jornal TV COM 2ª edição aprofunda os assuntos da primeira edição e relata os fatos ocorridos na noite. Já o Conversas Cruzadas (22h45min) é um programa diário de debates e discussões de temas polêmicos.

A madrugada começa com o Gente da Noite (às 00h10min), um programa de entretenimento que mostra aspectos pitorescos, como eventos e personalidades, da noite de Porto Alegre e da Região Metropolitana. Um dos blocos é destinado às séries especiais apresentadas também na RBS TV. Após, (00h45min) é reprisado o Jornal TV COM 1ª edição. No término da programação, inicia o Mídia Express, programa de vendas de produtos até às 2 horas. Às 2h10min, cai o sinal da transmissão UHF e fica somente o sinal a cabo, reprisando os programas até as 3 horas. Em seguida, começa o Jornal Eletrônico, programa que se destina a anunciar empresas e produtos à venda, até as 8h15min.

Aos Sábados, há programas de variedades (entretenimento), mas a maioria da programação são reprises, sendo que o programa Comportamento

(9h45min) que mostra aspectos psicológicos e psicanalistas das pessoas é inédito.

O Jornal do Almoço também é reprisado (só que logo após sua veiculação normal na RBS, às 13 horas). Sábado à tarde, quando há jogos de futebol, a TV COM transmite a partida. Às 18 horas inicia o Café TV COM – programa voltado à cultura, entretenimento e debates, sempre em algum café ou restaurante da capital gaúcha.

À noite, os programas TV COM Esportes, Anonymous Gourmet, Jornal TV COM e *Shows TV COM* encerram a grade inédita dos sábados. Das 23 horas até a madrugada, são reprisados, novamente, os programas diários da TV COM.

Aos domingos, existem somente dois programas inéditos. Pela manhã, às 6 horas, é exibido a Santa Missa, com o padre Marcelo. À noite, séries especiais que estejam sendo apresentadas na RBS TV. O Bate Bola, às 21 horas, é um programa de futebol, em que são mostrados os destaques e os principais acontecimentos do esporte.

No domingo pela manhã, os programas produzidos para a RBS TV também são exibidos na TV COM. Às 8 horas, começa o Campo e Lavoura (programa que aborda técnicas agrícolas e pecuárias), em seguida, o Vida e Saúde e, às 9h45min, o musical nativista Galpão Crioulo. Próximo ao meio dia, vai ao ar o programa Patrola, exibido aos sábados na RBS TV. Em seguida, novamente são reprisadas as séries especiais da RBS TV e os programas da grade da TV COM.

As produções revelam uma preocupação direcionada à valorização da cultura e história local e à cobertura dos principais eventos que acontecem no Estado, além de um jornalismo com teor opinativo. As pautas focam-se em temas locais e da região metropolitana, havendo uma ampliação disso conforme as necessidades de cobertura da emissora. Se equipes ou atletas esportivos do Rio Grande do Sul, por exemplo, estiverem participando de campeonatos ou apresentações fora do Estado, a grade de programação da TV COM pode sofrer alteração, fazendo a cobertura total do evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses mais de dez anos de emissora, em que a TV COM se estabeleceu, deixou de lado o projeto de um canal comunitário informativo e consolidou-se como um canal cujo foco empresarial–comercial prevalece, o que se revela diariamente na programação.

Com o slogan “Tá acontecendo, tá na TV COM”, a emissora mudou o foco de apenas informativo, passando a exibir *shows*, campeonatos e

acontecimentos em tempo real. Sendo assim, a “comunidade”, criou uma identificação na procura de um canal que faz a cobertura das últimas notícias e/ou eventos em tempo real. Especialmente se o projeto e/ou o evento estiver relacionado a um dos veículos do grupo RBS.

Conforme Boffetti (1999), o principal fator de sustentabilidade da TV COM é a integração de mídias os quais dividem o parque técnico e profissional com os demais veículos do grupo RBS, minimizando os custos de operação. Mas seu modelo de funcionamento também se deve a um conjunto de circunstâncias, algumas histórias culturais e outras de mercado que foram sendo criadas.

Embora sendo o contrato de um canal comunitário e apresente proposta nesse sentido, sempre buscou a auto-sustentação como emissora. Como empresa busca lucro, por sua vez, na TV COM, o lucro advém da comunicação na prestação de serviços no seu nicho de atuação. A emissora que se autodenomina comunitária é um canal dessa especificidade por concessão, mas não por abranger as características essenciais da lei de TV a cabo.

O que se verifica, através da programação e, na primeira década do canal TV COM, é que o conceito de comunidade para os empresários se ampliou, descaracterizando um canal comunitário voltado prioritariamente à região metropolitana.

Evidentemente, diversos são os fatores dessa expansão, quer sejam de ordem comercial quer de produção – aproveitamento do material de interesse estadual produzido pelas emissoras da RBS TV no interior (considerando a transmissão via cabo, que possibilitou um maior alcance e transmissão da população gaúcha e seus interesses e participação na emissora).

Por sua vez, a forma de transmissão do canal não atinge a totalidade da população do Estado. Há cidades em que não existem conexões de TV a cabo, e a TV COM não é transmitida por televisão via satélite. Mesmo em cidades que possuem TV a cabo, as populações de baixa renda não podem pagar pelo preço da assinatura. Assim, os moradores das cidades da região metropolitana de Porto Alegre levam vantagem, pois além de poderem assistir ao canal em UHF, a programação do canal é mais voltada para a capital do Estado, como era a pretensão inicial.

A TV COM não é, portanto, comunitária no cabo ou MMDS. O conceito (ainda em discussão) prioriza o aspecto da participação em termos de gestão e, conforme constatamos, a proposta deste canal é definida por objetivos empresariais. Nesse aspecto, a TV COM é um exemplo de uma série de televisões, com concessão pública em poder de grupos privados,

que fazem parte da esteira da exploração comercial da tendência de regionalização, como alerta Ribeiro (1996):

“Auto-intitulando-se como comunitárias, essas televisões ou outros veículos massivos, só estarão tirando proveito de um conceito que requer muito mais que parcialidades. Requer uma total transformação da concepção de comunicação, colocando-a num cenário político que implique em democracia nos aspectos relativos ao acesso, participação e gestão, em sintonia com o caráter de bem público que os meios exigem”.

De acordo com a nova lei da TV a Cabo, a TV COM está longe de ser uma televisão comunitária, como esclarece Murilo César Ramos, em entrevista concedida em maio de 1996 à Schimidt:

“Pela lei a TV COM não é um canal comunitário. (...) Ele pressupõe uma gestão que não é da RBS TV. O operador de TV à Cabo nunca vai gerir, por que ele nunca vai ter nenhuma autoridade sobre o conteúdo do canal” (Schimidt, 1996).

Nesse caso, possibilidades de acesso e participação da comunidade são restritas pela própria estrutura de empresa da RBS. Os telespectadores podem opinar sobre o que está indo ao ar, mas o seu papel na determinação da programação como um todo é limitado, reduzido a sugestões.

Mesmo assim, não se pode negar os méritos da TV COM. A regionalização da comunicação potencializa a democratização dos meios de comunicação. Nesse sentido, a participação num nível mais elementar, como no caso da TV COM, com a interferência eventual do telespectador nos conteúdos dos programas, é uma preparação para processos mais avançados, nos quais a participação pode se realizar também na produção e quem sabe, no planejamento da emissora. Cabe à sociedade organizada promover a conquista desse espaço, sobretudo em veículos locais. A grande promessa para a efetiva implementação do canal comunitário está contida na lei da TV a Cabo.

Então, seria uma grande conquista se todos os gaúchos tivessem acesso à TV COM para saberem o que acontece em nossa região, pois, é sempre vantajoso assistirmos a uma diferente visão de nosso povo e nossa terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, Eliane Corti. **Canais locais de informação na TV paga**: o modelo TVCOM de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. UEMESP, 2002.

BARBOSA, Carlos G; RABAÇA, Alberto. **Dicionário de comunicação**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BOFFETTI, Valdir Aparecido. **Canais comunitários**: construindo democracia na TV a cabo. Dissertação de Mestrado. UEMESP, 1999.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. **Editora do Informativo SETE PONTOS**. Ano 2, Número 12, Março de 2004.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. POA: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

KUNSCH, Margarida Krohling. **Mídia e tolerância**. Seminário cultura e intolerância. SESC Vila Mariana, Painel apresentado. São Paulo, 2003.

PERUZZO, Cicília M. K. Globalização da mídia e a comunicação comunitária. **Revista Interface**, UFES, Vitória, v. I, nº 1, março de 1996.

RIBEIRO, Zero Hora. **Segundo Caderno**, 21 de maio de 1996, p. 02.

SCHIMIDT, Jaqueline. **TV COM** – A proposta de canal comunitário do grupo RBS. Monografia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Porto Alegre, agosto de 1996.

SOZO, Eduardo Soldatelli. **TV COM** – O mito da televisão comunitária. Monografia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, dezembro de 1995.